17:53 65%

Opinião do GLOBO

Calamidade no saneamento perdura no Brasil

Ao enfraquecer legislação, governo contribuiu para manter população em condição insalubre por mais tempo

É desolador o quadro traçado no último ranking sobre o saneamento nas cem maiores cidades brasileiras do Instituto Trata Brasil. No ritmo verificado pelo estudo — alta de 55,8% para 56% na coleta de esgoto e de 51,2% para 52,2% no tratamento —, a universalização levará décadas, com consequências nefastas para a população e para o meio ambiente. Diariamente, o equivalente a mais de 5,2 mil piscinas olímpicas de efluvios sem tratamento é despejado na natureza. Das 20 cidades com pior classificação, 11 estão nesse grupo há dez anos.

Os 20 municípios mais bem colocados estão espalhados pelo Brasil. Maringá (PR) está em primeiro lugar. São Paulo, em sétimo, é a capital na melhor situação. Uberlândia, em quinto, é a melhor cidade em Minas Gerais, e Niterói, em sexto, no Rio. Em comum, essas cidades investiram e investem altos valores *per capita* em saneamento. Não existe outra alternativa para a insalubridade.

O exemplo de Niterói é ilustrativo. Uma empresa privada assumiu o serviço de saneamento em 1999 e precisou de apenas cinco anos para elevar a população com água tratada de 72% para 100%. O problema são os municípios com índices baixos de atendimento, ainda presos às mesmas empresas estatais que nunca fizeram o suficiente para mudar o quadro vexatório.

Acabar com essa situação é o objetivo do Marco do Saneamento aprovado em 2020. Ele abriu a competição no mercado brasileiro. O objetivo não é um embate estéril entre empresas públicas e privadas, mas entre as ineficientes e as eficientes. "As novas leis previam que concessionárias privadas sem capacidade de atingir as metas também perdessem a concessão", diz Diogo Mac Cord, líder de Infraestrutura e Mercados Regulados da consultoria EY e um dos formuladores da lei no governo passado.

O Marco procurou atacar o problema do saneamento em duas frentes. Empresas com contratos vigentes passaram a ter de comprovar capacidade econômica e financeira para universalizar os serviços. Aquelas que, depois de uma auditoria, não demonstrassem condições estariam fora. Para promover a competição, todos os novos contratos começaram a ser licitados.

Num equívoco de grandes proporções, o governo do PT, por convicção ideológica e pressão de governadores, trabalhou para enfraquecer o Marco do Saneamento. Graças à ação de parte do Congresso, a regra da licitação foi mantida. É certo que alguns estados têm prorrogado contratos sem novas concorrências, mas isso acontece de forma irregular. A mudança mais grave aconteceu na avaliação independente da capacidade econômica e financeira. Para beneficiar empresas estatais ineficientes, ela foi enfraquecida, a ponto de quase não fazer mais sentido.

Essas mudanças não eximem a responsabilidade dos prefeitos. Há caminhos para melhorar os serviços de tratamento de água e coleta de esgoto. Mesmo os municípios presos a contratos insatisfatórios podem usar a lista do Trata Brasil para provar na Justiça a falta de atendimento adequado. É uma vergonha a situação do saneamento no Brasil. Mais de 33 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada e 93 milhões vivem sem coleta de esgoto. Isso precisa mudar rápido. A poucos meses das eleições para prefeitos e vereadores, essa é uma questão que deve ser avaliada por todo eleitor.

Anistia a áreas 'não florestais' aprovada na Câmara incentiva desmatamento

Senadores deveriam rejeitar projeto que relaxa proteção a campos nativos espalhados por todos os biomas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou nesta semana um novo Projeto de Lei relaxando a proteção em áreas consideradas "não florestais", conhecido como PL dos Campos. O termo vago abrange campos nativos na Mata Atlântica, no Pantanal, no Cerrado, na Caatinga etc. Na prática, ameaça quase todos os biomas brasileiros, inclusive áreas extensas da Amazônia. Estima-se que abranja uma extensão de 48 milhões de hectares, área maior que o Paraguai. Como o texto foi aprovado de forma terminativa pela CCJ, não precisa ser submetido ao plenário. Isso significa que seguirá diretamente ao Senado. Espera-se que os senadores o rejeitem ou que, na pior hipótese, seja vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A proposta, em sua versão inicial, tratava apenas dos campos da Mata Atlântica. Já seria um absurdo. Antes da última votação na CCJ, porém, o deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), relator do projeto, expandiu seu alcance com alterações em todo o Código Florestal de 2012. Redecker e o autor do projeto original, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), alegam que o objetivo é regularizar imóveis rurais nas áreas contempladas, para livrar seus proprietários de multas e embargos ambientais. É como se fosse uma ampla anistia.

Mas o projeto considera "áreas rurais consolidadas" todas as liberadas para exploração, mesmo aquelas cuja vegetação não foi derrubada até 2008, marco temporal estabelecido pelo Código Florestal para a preservação. O risco de mais devastação vai além, porque também perdem proteção Áreas de Preservação Permanente (APPs). Livram-se apenas terras indígenas e Unidades de Conservação, criadas por lei para salvaguardar fauna e flora.

Pressionada, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, terá de se desdobrar para enfrentar o que virá por aí caso o projeto passe no Senado e o presidente Lula seja convencido a não vetá-lo, para não dificultar o já difícil relacionamento do governo com o Congresso. Diante do avanço da devastação na Amazônia, Marina relançou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), criado há 20 anos em sua primeira passagem pela pasta. A iniciativa fez cair o desmatamento pela metade logo no primeiro ano. Agora, o ministério se esforça para tratar também do Cerrado, fronteira onde grande parte da devastação é legal, como o beneplácito de governos estaduais.

Se o PL dos Campos for aprovado pelo Congresso, o Ministério do Meio Ambiente enfrentará ainda mais dificuldade para combater os desmatadores. Infelizmente os congressistas parecem acreditar que há conflito entre o avanço da produção agropecuária e a defesa do meio ambiente. O agronegócio brasileiro já deu repetidas demonstrações de como aumentar a produtividade sem desmatar. E esse tipo de atitude que os parlamentares deveriam se preocupar em valorizar, e não em aprovar uma anistia que apenas cria mais incentivos para a devastação.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
carlos@oglobo.com.br

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
sardenberg@cbn.com.br

Aniversários, de vida e de morte

A Lava-Jato estaria completando dez anos se não tivesse sido abatida pelo Judiciário, incluindo, principalmente, o Supremo Tribunal Federal. Não apenas abateu a operação de Curitiba, mas afastou do cenário todo o sistema de combate à corrupção.

Formou-se uma ampla aliança de políticos dos velhos métodos, da direita à esquerda, com empresários, todos apanhados em corrupção, para interromper a Lava-Jato e, mais, eliminar seus efeitos. Condenações à prisão, multas, devolução de dinheiro, acordos de leniência, tudo isso vem sendo anulado. Ninguém foi absolvido. Simplesmente os processos foram anulados, com base no cipoal de formalidades da Justiça. Provas, mesmo evidentes, foram declaradas imprestáveis.

Esse pessoal, portanto, comemora uma morte.

Mas há quem lamente. São aqueles — entre os quais me incluo — que observam nesse retrocesso a volta da velha política e do capitalismo dos amigos. Nesse regime, prosperam não as empresas mais produtivas, mas as que pagam as maiores propinas.

Falso, portanto, o argumento de que a Lava-Jato destruiu empresas e reduziu o PIB brasileiro. Primeiro, porque essas empresas estão de volta, com outro nome e provavelmente as mesmas práticas. Segundo, porque empresas que crescem com base na corrupção não criam valor. Ao contrário, destroem valor e produtividade porque bloqueiam o surgimento de concorrentes eficientes. Mais fácil obter uma vantagem em Brasília do que gastar dinheiro e cérebros criando novas tecnologias e métodos.

Sobram exemplos dessa volta triunfante do capitalismo de amigos. Nenhum mais evidente que a retomada da Refinaria Abreu e Lima. Em 2005, foi lançada, por um custo de US$ 2,5 bilhões. Feito menos da metade, já custou US$ 20 bi. E quem seria candidato forte a retomar as obras? A Odebrecht, digo, a Novonor. Novo?

Judiciário não apenas abateu a operação de Curitiba, mas afastou do cenário todo o sistema de combate à corrupção

Nesse caso, não é propriamente um aniversário, mas uma comemoração de volta para aqueles velhos tempos.

Vale para o PT e para o governo Lula — e sua narrativa de que tudo não passou de uma conspiração liderada pelos Estados Unidos para destruir as empreiteiras brasileiras e a Petrobras. Para eles, as empresas não quebraram por terem cometido grossa — e confessada — corrupção e, no caso da estatal, uma gestão temerária nos governos petistas. Faziam tudo certo e foram atacadas.

E tem quem acredite.

Já o 31 de março é um aniversário. Sessenta anos do golpe. Vai passar sem nada? Muitos militares e civis gostariam de comemorar. Lembram-se das ordens do dia que os comandantes militares emitiam, mesmo depois da volta de democracia? As vítimas da ditadura teriam, obviamente, não o que comemorar, mas muito a lembrar. E cobrar. E investigar.

Parece, porém, que Lula patrocinou um acordo. Os militares não falam nada, os democratas e as vítimas da ditadura não comemoram o fim da ditadura, nem pedem julgamentos e busca da verdade. Muito ruim. Trata-se de uma volta ao final dos anos 1970, início dos 80, quando se negociou a abertura. A base dessa negociação foi a anistia ampla, geral e irrestrita, que garantiu a impunidade dos que haviam participado da ditadura, incluídos os torturadores.

Dirão: mas os esquerdistas subversivos também foram anistiados. Sim, mas já haviam sido presos, exilados, torturados e assassinados. Não há simetria aqui. Foi apenas um jeito de garantir a impunidade e, pois, a retirada dos militares. Destruíram a democracia, arrasaram os direitos humanos, e tudo bem? Se tivessem sido julgados na forma da lei, como na Argentina, certamente não teríamos passado pela recente tentativa de golpe.

O acordo de hoje repete essa assimetria. Diferença importante: o julgamento dos participantes do golpe de 2022. A ver.

E temos um verdadeiro aniversário de vida: os 30 anos do Plano Real. Voltaremos ao tema. Mas fica um registro: Lula, beneficiário da estabilidade do Real, não pode comemorar. Foi contra. Por isso, agora, nada a declarar. Mas a população brasileira pode comemorar 30 anos sem inflação descontrolada. Como seria o Brasil sem o Real? Fácil, olhem para a Argentina.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da, Fábia Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@oglobo.com.br
Saúde: Arthur Dias Lopes - arthur.dias.lopes@ogl oglobo.com.br
Segunda Capa: Marcelo Bastos - bastos@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Caroline Goulart - gad@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Frdal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Bastos - bastos@oglobo.com.br
Rio Show: André Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G: Mario Cascão - mcascao@oglobo. com.br
Bairros: Wálter Calmon Filho - mailcrio@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em capitais para entrega de muito numerosa de assinaturas. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO em sua parte de venda, acesse para vendasavulsas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777 Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Missas, religiosos e Kinders: (21) 2534-4033 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

Leia aqui o livro-projeto Carbono Free

CARBON FREE